



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL 040/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2023

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços educacionais para ministrar **curso preparatório (pré-vestibular/pré-Enem)**, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação do município de São Geraldo/MG, conforme especificações e quantitativos discriminados neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ALUNOS	VALOR UNITÁRIO (Por aluno)	QUANT. MESES	VALOR UNITÁRIO (Mensal)	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em serviços educacionais para ministrar curso preparatório (pré-vestibular/pré-Enem), em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação do município de São Geraldo/MG.	50	R\$ 2.850,00	4	R\$ 35.625,00	R\$142.500,00
<b>Total: Cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais</b>						<b>R\$ 142.500,00</b>

### 1.2. Descrição detalhada dos serviços:

1.2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços educacionais para ministrar curso preparatório (pré-vestibular/pré-Enem), por meio do oferecimento de bolsas de estudos para estudantes que estiverem no último ano do Ensino Médio ou Ensino Médio completo concluído nos dois últimos anos e que não estejam cursando nenhuma graduação, prioritariamente para aqueles que apresentarem renda per capita de até meio salário mínimo e cadastro junto à Diretoria Municipal de Assistência Social (CADÚNICO), para a realização do Projeto Curso Pré-Vestibular, com o objetivo de promover o ingresso do jovem saogeraldense em um cursinho preparatório para o Enem, possibilitando a esses jovens o ingresso em uma universidade, a fim de desenvolver mão de obra qualificada e expandir a oferta econômica de profissões especializadas, sendo responsabilidade da empresa contratada:

1.2.1.1. Oferecer equipe de professores gabaritados e capacitados e com experiência em cursinhos pré-vestibulares;

1.2.1.2. Oferecer material didático completo;

1.2.1.3. Oferecer orientação e acompanhamento didático e pedagógico ao estudante através de simulados, palestras, orientações sobre o vestibular.

1.2.1.4. Aulas de matemática, física, química, biologia, língua portuguesa, literatura, história, geografia e redação.

1.2.1.5. Período/Horário: Segunda a sexta-feira de 18h às 22h, podendo ser ministradas aulas aos sábados, conforme planejamento ajustado com a secretaria de educação, durante a vigência do contrato.

### 1.2.2. Do curso a ser oferecido

1.2.2.1. O curso deverá ter carga horária semanal, por turma, de no mínimo 20 horas, sendo as aulas de 2ª a 6ª, e em alguns sábados, no período noturno, na E. M. Professora Marly Monteiro;

1.2.2.2. O curso deverá ter carga horária total conforme calendário previamente elaborado pela Secretária Municipal de Educação;

1.2.2.3. O curso terá início previsto em julho de 2023 até novembro, quando será aplicado a prova do ENEM 2024;

1.2.2.4. A duração máxima do curso será de 1 semestre letivo por turma;



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



1.2.2.5. A programação dos cursos deverá ser enviada previamente, com no mínimo 30 (trinta) dias antes do início do semestre letivo, para a Secretaria Municipal de Educação, que analisará a documentação e elaborará parecer autorizativo para funcionamento da unidade.

## 1.2.3. Das turmas e bolsas de estudo oferecidas

1.2.3.1. Cada turma deverá ser composta de no máximo 50 (cinquenta) alunos, sendo expressamente vedada cobrança de taxa de matrícula dos alunos participantes no projeto e quaisquer outros valores pela prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência;

1.2.3.2. Caso haja necessidade, e em casos excepcionais, a Secretaria Municipal de Educação poderá autorizar, por escrito, o funcionamento de turmas com número de alunos diferente deste limite.

## 1.2.4. Dos materiais e conteúdos programáticos

1.2.4.1. Além dos serviços prestados, o cursinho pré-vestibular deverá ter material de qualidade, com professores capacitados para que os alunos tenham a real equidade no processo educacional.

1.2.4.2. Deverá ser fornecido de material didático de sistema de ensino, para alunos e professores, a fim de que desenvolvam as habilidades e competências, acompanhados de formação e orientação pedagógica continuada para professores e gestores e acesso a portal de conteúdo na Internet para alunos, professores e gestores.

1.2.4.3. Como eixo programático é seguido o estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) com foco no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

1.2.4.4. Deverão ser ministradas aulas dos seguintes conteúdos: literatura, português, redação, matemática, física, química, biologia, geografia, história, por professores devidamente selecionados pelo cursinho preparatório contratado, os quais têm o intuito de transmitir o conhecimentos necessários para a realização dos vestibulares, de forma a sanar deficiências advindas da educação básica dos alunos, tornando-os aptos para a realização das provas e mais preparados para conseguir a aprovação no curso superior desejado.

1.2.4.5. Além disso, a realização de simulados com objetivo não só do desenvolvimento de seu conhecimento teórico, como também de outras aptidões requisitadas para a realização do vestibular como a tranquilidade, controle do tempo e organização. Por fim, o projeto encerra com “aulões” direcionados aos eixos temáticos na véspera de cada prova, sendo a primeira semana Ciências Humanas e suas Tecnologias (História e Geografia), Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Português, Literatura, e Tecnologias da Informação e Comunicação) e Redação, para segunda semana as áreas dos conhecimentos Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Física, Química e Biologia) e Matemática e suas Tecnologias (Matemática (álgebra, geometria etc);

## 1.2.5. Do sistema pedagógico

1.2.5.1. A contratação de Sistema Pedagógico de Ensino, contemple o fornecimento de material didático aos alunos e professores de Educação, incluindo acompanhamento Técnico Pedagógico presencial, Cursos, Oficinas Pedagógicas de Formação Continuada, Vídeos gravados com resolução de exercícios do material didático e Portal Educacional do aluno e professor e manual do professor com orientações pedagógicas, devendo ser ofertadas as seguintes ferramentas e atividades:

1.2.5.2. Aulas presenciais, para maior aproveitamento pedagógico;

1.2.5.3. Simulados educacionais para avaliação da aprendizagem dos alunos;

1.2.5.4. Acesso ilimitado a plataforma educacional do aluno, durante todo o período do curso;

1.2.5.5. Livro didático digital;

1.2.5.6. Material didático e plataforma digital;

1.2.5.7. Desenvolvimento das habilidades BNCC;

1.2.5.8. Podcast;

1.2.5.9. Exercícios resolvidos nos principais componentes curriculares: Resolução detalhada de uma questão, podendo haver mais de uma possibilidade para se chegar à resposta correta, devendo estar presente pelo menos nos componentes curriculares de Matemática, Química, Biologia e Física;

1.2.5.10. Exercícios de aprendizagem: indicados para resolução em sala de aula e servem para aplicar os conteúdos trabalhados ao longo do capítulo;

1.2.5.11. Exercícios propostos: reunião de muitos exercícios de múltipla escolha e questões discursivas selecionadas de vestibulares;

1.2.5.12. Desafios: Destinados a problemas matemáticos que desafiem os estudantes em sua resolução, estimulem a criatividade e novas aplicabilidades dos conteúdos estudados, na tentativa de fazê-los testar seus limites;



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 1.2.5.13. Matemática no cotidiano: apresentar a Matemática como ferramenta aplicada ao desenvolvimento social, de maneira interdisciplinar, e relacionada aos temas da Agenda 2030;
- 1.2.5.14. Resolução de exercícios de complexidades por meio de vídeo aula;
- 1.2.5.15. Seção ENEM: Itens de provas do Enem relacionados ao conteúdo de cada capítulo;
- 1.2.5.16. Acesso aos objetos digitais de aprendizagem (games, simuladores e animações interativas e outros) por meio da leitura de QR Codes, de códigos alfanuméricos e leitor de vocábulos, a fim de associar o conteúdo estudado com o dia a dia, no mundo e na mídia;
- 1.2.5.17. Busca de palavras-chave por meio de aplicativo que possibilita ao aluno aprofundar no objeto de estudo (Scaneia a palavra grifada e leva a sites externos para aprofundar o conhecimento.);
- 1.2.5.18. Galeria de Imagens - acesso a mais imagens do que as presentes no livro, relacionadas ao conteúdo do capítulo.
- 1.2.5.19. Aprofundamento em alguns termos apresentados, por meio de hyperlink;
- 1.2.5.20. Realidade aumentada;
- 1.2.5.21. Acesso a videoaulas.

## 2. PRAZO DE ENTREGA, LOCAL E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO OU EXECUÇÃO

- 2.1.1. O prazo para início da prestação dos serviços será de até **10 (dez) dias** após emissão de ordem de serviço, devendo o serviço ser prestado considerando o período de **75 (setenta e cinco) dias letivos**, equivalendo a um período letivo.
- 2.1.2. Os serviços deverão ser prestados na Escola Municipal Professora Marly Monteiro, localizada na Rua Ozório Cezário de Amorim, nº 36, Centro, Município de São Geraldo.

### 2.2. Do cronograma de atividades:

2.2.1. A Contratada deverá responsabilizar-se pela realização do curso Pré-vestibular, bem como pelo processo de seleção dos alunos do Município de São Geraldo elegíveis à bolsa de 100%, comprometendo-se a elaborar o processo seletivo e a aplicação das provas, conforme as seguintes etapas:

- a) Etapa 1: Divulgação do projeto;
- b) Etapa 2: As inscrições para o processo seletivo serão realizadas na sede da contratada ou através de formulário online, com recolhimento dos documentos que comprovem os critérios de elegibilidade para a bolsa;
- c) Etapa 3: Aplicação da prova do processo seletivo pela contratada;
- d) Etapa 4: Envio do resultado e classificação dos participantes para Secretaria Municipal de Educação, junto com cópia dos documentos de comprovação do critério de elegibilidade;
- e) Etapa 5: Análise da condição socioeconômica dos aprovados pela Diretoria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação;
- f) Etapa 6: Contatar os aprovados para formalizar a matrícula na sede da Prefeitura;
- g) Etapa 7: Distribuição do material didático;
- h) Etapa 8: Início das aulas;

2.2.2. Para viabilizar o processo de seleção dos alunos para o projeto, propõe-se divulgar através dos meios de comunicação da Prefeitura Municipal de São Geraldo (Facebook, WhatsApp, Instagram, flyer, cartaz, chamada de rádio) e dos meios de comunicação da Contratada.

2.2.3. A Contratada deverá selecionar os **50 (cinquenta) alunos** aptos a preencherem todas as bolsas de 100%, que tenham renda per capita de até meio salário mínimo e cadastro junto à Diretoria Municipal de Assistência Social (CADÚNICO);

2.2.3.1. No caso de não preenchimento das vagas destinadas aos inscritos no CADÚNICO, as vagas remanescentes serão destinadas aos demais alunos que não se enquadrem nos critérios socioeconômicos estabelecidos.

2.3. Serão recusados no todo ou em parte os serviços que não atendam as especificações constantes no Termo de Referência.

2.4. O objeto deste termo, deverá obedecer às normas técnicas aplicáveis, ficando desde já estabelecido que só serão aceitos os serviços após rigoroso exame efetuado por profissional da Secretaria Municipal de Educação, indicado para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas, ou apresentem defeitos ou incorreções também não serão aceitos, devendo a licitante vencedora refazer o serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação da Administração Municipal.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Projeto Curso Pré-Vestibular para os estudantes do município de São Geraldo, idealizado pelo Excelentíssimo Prefeito Walmir Rocha Lopes, auxilia prioritariamente pessoas de baixa renda da comunidade que desejam ingressar em cursos de ensino superior. Levando em consideração os prejuízos trazidos pela pandemia da Covid-19 aos alunos, principalmente das escolas públicas, é notória a necessidade da implementação do cursinho pré-vestibular para os alunos do município de São Geraldo, na busca de reduzir a desigualdade que só aumentou, além da recuperação lenta dos alunos após o retorno das aulas presenciais, os prejuízos acadêmicos e principalmente no incentivo para esse aluno que se viu desmotivado ao longo do percurso de formação.

3.2. A pandemia trouxe prejuízos na educação pela forçada adaptação ao ensino remoto, isso quanto o aluno tinha a possibilidade de acessar as aulas on-line. E o retorno às aulas presenciais evidenciaram os problemas como aumento da desigualdade entre os alunos das escolas particulares que puderam ter um acompanhamento mais assistido em relação aos alunos das escolas públicas, a recuperação lenta de conteúdos o que contribuiu para a evasão gradativa dos alunos principalmente na rede pública, principalmente por não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades passadas pelos professores. Segundo o vice-presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Jair Sout:

O prejuízo educacional é profundo. E não adianta nos iludirmos: levará muito tempo para a recuperação, pelo menos parcial, das perdas. Os prejuízos ampliaram a desigualdade de oportunidade entre ricos e pobres. Com mais capacidade e flexibilidade de investimento, o ensino privado tem se readequado mais rapidamente. Mas para uma readequação do ensino público, sobretudo o municipal, precisamos de mais cooperação técnico-financeira dos outros entes. Não podemos tratar os desiguais de forma igual. Os municípios devem ter essas diferenças consideradas na elaboração de políticas públicas de forma regionalizada. Temos que investir na universalização da internet de qualidade e equipamentos de software, por exemplo<sup>1</sup>.

3.3. A perda do interesse na educação (dar a oportunidade aos alunos do 3º ano do ensino médio fazerem um curso preparatório para o ENEM, de qualidade e de excelência, contribui para a redução da desigualdade educacional e recuperação de conteúdos que foram vistos superficialmente nos anos de quarentena e ensino a distância por causa da pandemia de Covid - 19). Camila Pereira, da Fundação Lemann, disse que é preciso recuperar o interesse pela educação por parte de dezenas de milhões de estudantes. Em pesquisa nossa com o Datafolha e o Itaú Social, feita de maio de 2020 até setembro de 2021, com pais de crianças, o dado mais chocante é que 34% dos pais falam que os filhos perderam o interesse pela escola. Outro dado cruel e triste é a insegurança alimentar: 34% das famílias dizem que a quantidade de comida foi menos que a suficiente. E a gente sabe o papel que a escola tem na merenda. Um outro levantamento do Todos pela Educação mostra que o número de crianças entre 6 e 14 anos fora da escola aumentou 171% em relação a 2019.

3.4. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação declarar, em seu 22º artigo, que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” é inegável a existência de outros fatores que funcionam como facilitadores do ingresso dos alunos da rede regular de ensino em instituições de ensino superior e instituições públicas em geral. Um destes fatores foi definido por WHITAKER (1989) como “efeito cursinho”. Tal efeito foi também observado por (CARVALHO, 2008; ZAGO, 2008 e referências contidas), sugerindo que o sucesso vestibular é mais provável entre os alunos que prestam o exame um ou dois anos após concluírem o ensino médio, sendo este sucesso atribuído a cursos preparatórios realizados após a conclusão do ensino regular (WHITAKER, 1989). No entanto, é sabido que a grande maioria desses cursos está associada a instituições privadas, as quais muitas vezes são inacessíveis à população mais carente. Apesar do número crescente de medidas tomadas visando a inclusão de alunos carentes nas universidades públicas, ainda há a predominância de alunos de classes sociais mais altas que graças as condições financeiras podem usufruir de uma boa preparação para o vestibular (MESQUITA, 2012). Fonte (CURSO PRÉ-VESTIBULAR PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA (MEDACESSO)).

3.5. Diante do exposto, faz-se necessária a contratação dos serviços ora descritos, visando a promoção de uma educação de qualidade e redução das desigualdades sociais no município de São Geraldo/MG.

3.6. Os quantitativos foram estimados com base na demanda verificada nos últimos 12 (doze) meses.

3.7. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

3.8. Trata-se de contratação de um serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

<sup>1</sup> Fonte: Agência Senado - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/06/recuperacao-dos-prejuizos-na-educacao-por-conta-da-pandemia-sera-lenta-conclui-debate>



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto deste processo será de acordo com o presente termo de referência, sendo que os serviços solicitados deverão ser prestados conforme regramentos legais que tratam da matéria. Caso seja verificada alguma falha na prestação dos serviços, será feita comunicação formal à contratada, para que proceda com a correção imediata, a partir da comunicação feita pelo setor responsável.

4.2. Os serviços a serem prestados deverão ser de ótima qualidade e obedecer às normas e especificações constantes no processo, bem como a descrição e quantidades.

4.3. Todos os custos com deslocamento, alimentação, hospedagem, impostos e outras despesas decorrentes da execução dos serviços correrão por conta do contratado.

4.4. O fiscal do contrato poderá requerer a correção imediata de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução do objeto, sem prejuízo para o disposto nos Artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002

4.2. Será de inteira responsabilidade da contratada, a segurança física e material de todo o seu pessoal durante o período em que estiver em cumprimento de suas atividades.

4.3. O município não se obriga a receber serviços que não estejam de acordo com as especificações e exigências discriminadas neste termo; caso haja alguma divergência quanto às especificações dos serviços ora descritos, a licitante terá 48 (quarenta e oito) horas para refazê-los às suas expensas, não podendo, em nenhuma hipótese, causar prejuízos às atividades do município;

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

## 5. VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (meses)**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.2. A contratação será formalizada mediante emissão de contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 62 e da Lei 8.666/93.

5.3. **Considera-se como data do recebimento da Ordem de Fornecimento:**

- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail;
- b) O dia do recebimento, no caso de ordem de fornecimento entregue pessoalmente;
- c) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.

5.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. Caso não cumpridas as exigências, o fornecedor será comunicado para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda às especificações constantes neste instrumento, sem nenhum ônus para o município, e ficará sujeito às penalidades previstas na forma da lei





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. O município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Execução dos serviços com fornecimento de todos os materiais, equipamentos adequados e necessários para o cumprimento da demanda solicitada;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Os reparos e serviços demandados por Ordem de Serviço pela contratante deverão ser efetuados dentro dos prazos estabelecidos no capítulo 4 desse Termo de Referência e qualquer alteração de prazo por parte da Contratada deverá ser comunicada a CONTRATANTE para análise da solicitação;

7.1.4. A empresa somente poderá realizar os serviços mediante a ordem de serviços previamente retirada na seção responsável após a avaliação do orçamento do serviço apresentado pela empresa.

7.1.5. Os serviços obedecerão a boa técnica, atendendo as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

7.1.6. Zelar pela qualidade do serviço realizado, para qualquer serviço considerado mal executado, a Contratante se reserva o direito de não aceitar e reter o pagamento destes;

7.1.7. Será de exclusivo ônus e responsabilidade da Contratada por todo e qualquer serviço realizado que não tenha sido devidamente autorizado por Ordem de Serviço assinada pelo órgão solicitante, bem como alteração das especificações de serviço constantes na Ordem de Serviço;

7.1.8. Todas as comunicações entre Contratada e Contratante deverão se dar por meio formal e escrito;

7.1.9. Arcar com a responsabilidade civil por quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados na execução dos serviços;

7.1.10. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, bem como, devidamente munidos de equipamentos necessários ao desempenho eficiente dos serviços, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.1.11. Todas as providências judiciais ou extrajudiciais para solução de questões vinculadas e danos causados a terceiros serão de responsabilidade da contratada e tomadas em seu próprio nome e às suas expensas;

7.1.12. Manter durante a execução dos serviços as condições e especificações ajustadas entre as partes, inclusive no que se refere às certidões fiscais e trabalhistas;



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 7.1.13. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto dos serviços especificados neste Termo de Referência, sem que disso decorra qualquer ônus para o município, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;
- 7.1.14. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuarlos de acordo com as especificações deste termo de referência;
- 7.1.15. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a eventuais acréscimos solicitados pela contratada;
- 7.1.16. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada durante a execução dos serviços;
- 7.1.17. Executar os serviços descritos em estrita observância às normas técnicas existentes, e relativas à espécie da prestação;
- 7.1.18. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.19. Deverá permitir e facilitar o acesso de fiscalização por parte da Contratante em qualquer dia e horário comerciais, devendo também prestar todos os esclarecimentos e informações pertinentes à execução do contrato.
- 7.1.20. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços com avarias ou defeitos;
- 7.1.21. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.22. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do município à continuidade do contrato.

## 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, a servidora designada para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços é a Sra. **Mônica Maria Medina Fagundes**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do município ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante do município anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 11.1.2. O pagamento ocorrerá mensalmente, de acordo com a quantidade efetiva de alunos matriculados.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o município deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 13. DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

13.1.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, o município, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

13.2. Para o reequilíbrio será necessário a apresentação dos seguintes comprovantes:

- Notas Fiscais de compras por parte da Contratada referente ao seu fornecedor, tanto da Nota Fiscal da época do início do contrato, decorrente desta licitação, como da Nota Fiscal atual por ocasião do suposto aumento;
- Revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;
- Planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



13.2.1. Sem a apresentação destes documentos não há como justificar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato quanto ao item licitado.

13.3. A licitante contratada se obrigará a manter, enquanto tramita o pedido de revisão de preços, o cumprimento do contrato, sob pena de ser declarado inadimplente, aplicando-se as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

13.4. Vale ressaltar que, as propostas apresentadas no momento da licitação têm validade mínima de 60 (sessenta) dias, não podendo sofrer reequilíbrio de preço durante esse período.

## 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto será cumprido no momento da execução do serviço.

## 15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.5. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.7. cometer fraude fiscal;

15.1.8. apresentar documentação falsa;

15.1.9. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.10. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.11. não mantiver a proposta;

15.2. **Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o município pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:**

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada, e será expedido:

a) Pelo responsável pelo setor de licitações do órgão ou entidade do município quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

b) Pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato;

c) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

d) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

e) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

f) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual o município opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



g) impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do município com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município do município, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

a) Suspensão é a sanção que impossibilita a participação de pessoa física ou jurídica em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro de Fornecedores do município, de acordo com os prazos a seguir:

b) mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenada ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;

c) mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando a licitante solicitar cancelamento da proposta após o resultado do julgamento;

d) mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o contrato/nota de empenho ou retirar/receber a autorização/ordem de entrega/fornecimento do bem ou do serviço;

e) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;

f) ] mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada apresentar documentos fraudulentos nas licitações, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;

15.3.1. mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

15.3.2. A suspensão poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.

15.3.2.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.3.2.2. A declaração de inidoneidade será aplicada pela máxima autoridade da entidade do município.

15.3.2.3. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

15.3.2.4. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada na forma do Decreto nº 5.237/2018 e seus efeitos serão extensivos a todo município.

15.3.3. As pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro de Fornecedores, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

15.3.4. suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

15.3.5. declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

a) As sanções previstas nos itens acima poderão também ser aplicadas às pessoas físicas e jurídicas que:

b) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

15.4. tenham sido condenadas por atos de improbidade administrativa ou atos de corrupção empresarial, na forma da Lei.

15.4.1. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

15.4.2. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 15.4.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.
- 15.4.4. As sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;
- 15.4.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 15.4.6. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.
- 15.4.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.8. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.9. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.10. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o município em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.4.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.4.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 15.4.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.4.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.4.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Município, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.4.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.4.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.4.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao município resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público
- 15.4.19. Compete ao órgão ou entidade requisitante da contratação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas, cuja aplicação dependerá de ato da autoridade competente.
- 15.4.20. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas nos itens acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.
- 15.4.21. As penalidades aplicadas deverão ser registradas pelo setor de licitação da entidade ou órgão sancionador.
- 15.4.22. A sanção de advertência pode ser aplicada à Contratada juntamente com a multa.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



15.4.23. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Município, observado o princípio da proporcionalidade.

15.4.24. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo município, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas neste termo de referência.

## 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital correspondente.

16.2. Para **qualificação técnica**, deverão ser exigidos os seguintes documentos:

16.2.1.1. Comprovação da qualificação **técnico-operacional** através da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa tenha executado ou esteja executando atividades compatíveis e/ou similares ao objeto da presente licitação.

16.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor máximo aceitável, conforme disposto na planilha da cláusula 1.1 do presente instrumento.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**.

16.6. As regras de desempate entre propostas serão as discriminadas no edital.

## 17. OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação, quando formalizadas, correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do município deste exercício, na dotação informada no momento da contratação.

São Geraldo, 24 de maio de 2023.

**Ivanilda Cristina de Queiroz**  
Secretária Municipal de Educação